

# NOTAS PARA A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

João RIBEIRO JÚNIOR  
(Professor do IAC/PUCCAMP)

No Brasil colonial, apesar da Carta Régia de 6 de julho de 1747, que proibia "que no Brasil se imprimissem livros, obras ou papéis avulsos, sob pena de serem os infratores enviados presos para o Reino à Ordem do Conselho Ultramarino", a ação auxiliar da imprensa, para a liberdade do cidadão e a independência do país, foi de grande destaque. Os estudantes brasileiros na Europa fizeram mais pela imprensa, em geral panfletária, que o conjunto dos esforços totais, armados ou não, dos residentes no Brasil.

Além dos efeitos morais imediatos que enfraqueciam a olhos vistos, naqueles tempos, a Metrópole e sua política colonial, e punham em xeque seus interesses, analisando seus processos, havia os efeitos maiores no Brasil, onde na carga de todas as caravelas existiam sempre um ou mais volumes disfarçados, dissimulados, que continham os produtos da imprensa. Sua expansão no interior, feita através de mil dificuldades, era sempre eficiente.

Jornais coloniais e do primeiro reinado fizeram não só a campanha da Independência, como a primeira campanha constitucional. O **Reverbero**, no Rio de Janeiro e o **Constitucional Mineiro**, em Pouso Alegre, entre outros, destacaram-se nas duas grandes questões. O segundo, criado e mantido por José Bento Pereira de Mello, publicou, quando ainda

inédito, o primeiro projeto de Constituição para o Brasil, da autoria daquele homem público.

No segundo reinado, desde a maioridade, a imprensa ocupou a primeira linha nas lides políticas de organização, manutenção e queda dos diversos governos e dos diversos critérios governamentais.

### Imprensa: trincheira, tribuna e púlpito

Nesses tempos, e até o advento da República, a imprensa não foi apenas a instituição liberal mais respeitável e respeitada pelos governos; partidária ou não, era a trincheira, a tribuna, o púlpito, onde cada homem ou cada grupo de homens combatia, ilustrava, explicava com opinião própria o que entendia ser a verdade, o que pretendia fosse o bem público, doutrinando, sem pagamento e sem ambições ou interesses pessoais, sobre as próprias e as idéias alheias.

O jornalista desta época não queria aproximações com o poder público, e também não lisonjeava as massas. A sua atitude era sempre uniforme, independente, irretratável.

A imprensa venal e infamante nasceu no Segundo Império. Pedro II vaticinava de seu trono "uma nova época entre nós", enquanto que a oligarquia rural, através do processo político tentava estruturar um sistema de relações sociais que irá lhe permitir impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio ou pelo menos tentar estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos.

Romão José Ribeiro foi o primeiro indivíduo no Brasil incumbido de difamar ou caluniar os homens do seu meio, através da imprensa. Recebia dinheiro para isso; assinava as publicações próprias ou mandadas escrever por anônimos, e se responsabilizava por elas. Eram publicadas na secção livre do **Jornal do Comércio**. Romão foi condenado várias vezes, mas assim que saía da prisão, voltava a escrever. E teve até discípulos, e a língua se enriqueceu de mais um termo: "romão, s. c. m. Indivíduo que recebe dinheiro para infamar alguém pela imprensa", segundo o velho **Dicionário** de Moraes e Silva. É de se notar que o **Novo Dicionário Aurélio** não contemplou a palavra, mas registrou "romãozinho", s. m. bras. pop. com o significado de **Diabo**.

Outro jornalista chantagista e difamador foi Apulcro de Castro, que em seu jornal atacava a honra da generalidade dos homens e das

famílias, que não atendiam as suas solicitações. Até que um dia, tendo difamado alguns oficiais do Exército, estes assassinaram-no em pleno centro do Rio de Janeiro.

Nos jornais do Segundo Império, os oposicionistas de todos os matizes, os neutros em política e os prejudicados por qualquer ato de origem governamental, diariamente chamavam para o tapete das discussões os governos e seus agentes de todas as categorias.

No mesmo parlamento e nos mesmos jornais, os governantes produziam suas defesas e só não saíam triunfantes da campanha pública, quando erravam de fato, e isso por um critério de doutrina, uma falsa interpretação ou um engano de apreciação, nunca pela mentira, pelo interesse pessoal ou pelo cinismo impudico da velhacaria e da astúcia.

### Objetivo das campanhas

São memoráveis certos discursos parlamentares daquele tempo, como são também algumas campanhas jornalísticas. Neles cuidava-se de defender sempre um homem ou um ato públicos.

A célebre acusação chamada das "Popelinas", levantada no Senado por Silveira da Motta contra o Barão de Cotegipe; a questão chamada dos "Loyos", contra o Conselheiro João Alfredo, são tipos clássicos de defesas parlamentares, que se espalharam pelos jornais.

Na campanha abolicionista, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza foi vivamente atacado pela imprensa, que atribuía a sua resistência política à grande idéia de liberdade incondicional aos escravos, a interesses subalternos próprios e de sua família. Pouco depois era a vez do Conselheiro Antonio Moreira de Barros, atacado pelos mesmos motivos e pelas mesmas razões. A defesa do primeiro foi feita pelos jornais conservadores e a do segundo, pelos liberais. Nesta última, entricheirara-se do lado oposto, José Bonifácio, o Moço.

Nesse tempo, às acusações opunham-se as defesas humanas, jurídicas, sociais e verídicas; não havia de parte a parte uso de "lama" como arma e nem desnivelamento do meio moral e degradação das individualidades, típicos do jornalismo "marron".

Quer na imprensa, quer na tribuna parlamentar alguém acusava (e o regime era de plena responsabilidade e de dependência à opinião pública), o indiciado, por si ou pelos seus amigos, correligionários ou familiares, produzia a justificação do ato malsinado, defendia suas intenções, que

exibia claramente e projetava toda luz necessária ao conhecimento completo da causa, provando, às vezes, a inverdade do alegado ou defendendo a idéia, o interesse público ou sua orientação, no caso emergente.

Era tão séria e de conseqüências tão limpas, uma campanha política, naquele tempo, que um dos mais eficientes administradores da época, o Conselheiro Francisco Ferreira Nobre, sempre reconduzido à presidência da Câmara Municipal da Côrte, — vinha pelo **Jornal do Commercio**, com um pseudônimo sempre novo, atacar sua própria administração e sua pessoa, para poder depois, dentro de suas competências naturais e funcionais, fazer a própria defesa.

A propaganda republicana fez-se em sua quase totalidade na imprensa. Com a máxima liberdade de expressão do pensamento, os jornais republicanos atacavam as instituições, os governos, os estadistas, os funcionários públicos de qualquer categoria.

## A República vê surgir o jornalismo bajulatório

Sempre sob o regime da responsabilidade legal, esses jornais e jornalistas republicanos prestaram, desde 1870 até 15 de novembro de 1889, os melhores e eficazes serviços à democracia brasileira. Não eram exclusivamente os arautos da República; eram os defensores das liberdades públicas e do espírito democrático da Nação; eram os advogados gratuitos de todas as causas do povo, defendendo os humildes contra os poderosos.

A imprensa brasileira transformou-se por completo na República. Durante os primeiros anos republicanos seu trabalho foi bajulatório. A imprensa monárquica desaparecera na República pela adesão ou pelo empastelamento.

Em São Paulo, os jornais conservadores aderiram à República, como o **Correio Paulistano** a 17 de novembro, ou foram inutilizados pelo povo, como **A Sentinela da Monarquia**. Os liberais tiveram a sorte do **Liberal Paulista**, desaparecendo todos.

O **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro, mantendo as tradições conservadoras, que formara através da imagem do **The Times** de Londres, sempre discreto, honesto e acreditado, continuava solenemente a sua rota. Só após a retirada do jornalista José Carlos Rodrigues é que o velho órgão da imprensa carioca irá ser atingido pela novidade republicana. O **Paiz**, jornal de Quintino Bocáfuva, acompanhando Quintino ministro, enrolava a bandeira de Bocáfuva, príncipe dos jornalistas, fazendo a velada

## NOTAS PARA A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

das armas, com as quais combatia contra o povo, contra os republicanos, contra os liberais, contra a Nação.

Se em 15 de novembro de 1889 mudaram as posições dos proprietários dos jornais, só com Floriano peixoto mudaram os próprios jornais e a imprensa em geral, o seu critério jornalístico.

No Império, os jornais eram economicamente mantidos pelo povo, e quando isso não acontecia, a contento das necessidades, os seus proprietários e responsáveis, ou os partidos destes, direta ou indiretamente, mantinham as folhas, pelas suas "caixas". É que os jornalistas desse tempo faziam os jornais, e não eram feitos pelas "caixas" destes.

Na República, a constituição comercial e industrial da imprensa desvirtuou o seu fim verdadeiramente social. Os jornais passaram a ser órgãos da oligarquia dominante, cujo capital facilitou sua exploração, a fim de que pudessem exercer influência direta sobre a opinião pública.

Nesta quadra inicial da nova vida política brasileira, a imprensa aparece eivada de vícios, em suas combinações econômicas com a oligarquia, já por meio do reclame que organiza, sob o falso pretexto de prestar informações úteis aos interessados, já por meio da especulação que anima e favorece até o exagero.